



Periferia

E-ISSN: 1984-9540

periferiauerj@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro
Brasil

García Sánchez, Pedro José; González Tellez, Silverio
Contiguidade e segregação socio-espacial: a cidadania ameaçada em Caracas
Periferia, vol. 2, núm. 2, julio-diciembre, 2010, pp. 1-23
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Duque de Caxias, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552156377008>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica
Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

**Contiguidade e segregação socio-espacial:
a cidadania ameaçada em Caracas ¹
Pedro José García Sánchez e Silverio González Tellez²**

RESUMO

Na geografia urbana de Caracas, a contiguidade espacial entre os bairros elegantes (« *urbanizaciones* ») e os bairros populares e pobres (« *barrios* ») permite explorar o contraste entre a categoria socio-espacial de *vizinhança* e a categoria sócio-política de a *comunidade*. Entre uma « *gated community* » [condomínio fechado] e a favela que emerge a seu lado, quais são os processos comuns de homogeneização do habitat (produção de espaços residenciais) e do habitar (usos e práticas da cidade)? Quando a contiguidade dos extremos torna as fronteiras pouco permeáveis, o evitamento e o confronto arriscam-se a constituir formas privilegiadas de experiência do outro. Nesse contexto, a cidadania pode estar ameaçada por novas formas de segregação: estar ao lado não implica *estar junto*.

Comunidade; cidadania; segregação; Caracas; Sociologia urbana

RESUMÉE:

Dans la géographie urbaine de Caracas, la contiguïté spatiale entre les beaux quartiers (« *urbanizaciones* ») et les quartiers populaires et pauvres (« *barrios* ») nous permet de voir le contraste entre la catégorie socio-spatiale de *mitoyenneté* et la catégorie socio-politique de la *communauté*. Entre une « *gated community* » et le bidonville qui émerge à son côté, quels sont les processus communs à l'homogénéisation de l'habitat (production d'espaces résidentiels) et à celle de l'habiter (usages et pratiques de la ville) ? Lorsqu'une contiguïté des extrêmes rend les frontières peu perméables, l'évitement et l'affrontement risquent de devenir des formes privilégiées de l'expérience de l'autre. Dans ce contexte, la citoyenneté risque le piège de nouvelles formes de ségrégation: être à côté ne conduit pas à *être avec*.

Mots clés :

communauté ; ségrégation ; citoyenneté; Caracas ; sociologie urbaine

Introdução

A segregação e seus diversos vetores de homogeneização põem incessantemente à prova a condição urbana moderna. Apesar das injunções políticas à mistura, apesar do frequente estímulo à heterogeneidade citadina trazido pelos fluxos migratórios e pelo aumento da mobilidade, é inegável que um *ethos* do entrincheiramento se normaliza por fontes diversas. Por razões de segurança, étnicas, sócio-econômicas, religiosas ou ideológicas, uma forma segmentar da comunidade revela sua amplitude e sua influência nas sociedades contemporâneas. Essa forma de comunidade, que surge em meio a retóricas políticas dos modelos republicanos de integração (Dubet e Lapeyronnie, 1992), distancia-se de uma

¹ Tradução de Silvia Pimenta Velloso Rocha (UERJ/Febr)

² Pedro José García Sánchez é *maître de conférences* no Departamento de Sociologia da Universidade de Paris Ouest Nanterre – La Défense. Silverio González Tellez é sociólogo, ex-professor do Departamento de urbanismo da Universidade Simon Bolívar (USB).

communitas e pode ser forjada por coincidências e impropriedades radicais (Esposito, 2000). A dinâmica de uma comunidade refratária à figura do outro fornece um vocabulário de motivos (Wright Mills, 1940), ultrapassa os limites político-administrativos das democracias urbanas, redesenha o traçado urbanístico e acompanha (contradizendo-os) os índices metropolitanos da mundialização.

A contiguidade espacial entre os bairros elegantes (« *urbanizaciones* ») e os bairros populares e pobres (« *barrios* ») caracteriza uma parte importante da geografia urbana de Caracas. Essa contiguidade impõe uma gestão cotidiana e institucional dos registros de estrangeiridade – proximidade. Por essa gestão se revelam as práticas de diferenciação e de interação que aí operam. Interessamo-nos pelo processo de territorialização em que a proximidade de fortes desigualdades desafia os princípios da *vizinhança*.³ Entre uma « *gated community* » [condomínio fechado] e a favela que emerge a seu lado, quais são os processos comuns de homogeneização do habitat (produção de espaços residenciais) e do habitar (usos e práticas da cidade)? Quando a contiguidade dos extremos torna as fronteiras pouco permeáveis, o evitamento e o confronto não se tornam as formas privilegiadas de experiência do outro?

A encruzilhada entre desenvolvimento urbano, meio ambiente e política local é identificada pela observação das condições de origem e de desenvolvimento de uma homogeneização residencial. Operadores socioeconômicos de urbanização que refletem as desigualdades de acesso a bens materiais ou simbólicos (Pinçon-Charlot, Preteceille e Rendu, 1986) são acompanhados por elementos topológicos, morais e sociopolíticos. Por uma combinação de comportamentos discriminatórios, a homogeneização residencial produz processos generalizados de segregação (Schelling, 1980). Os germes da polarização social da Venezuela de hoje podem assim ser identificados no desdobramento de uma dinâmica sócio-espacial.

Da « *urbanización* » ao « *barrio* »

O desenvolvimento urbano em Caracas sofreu os efeitos da profunda crise econômica e política das duas últimas décadas. Esta se manifestou por uma redução significativa do investimento público em infra-estrutura habitacional e de serviços, além de uma grande

³ O termo *mitoyenneté*, além de significar vizinhança, indica também a dependência acessória entre duas ou mais coisas, inclusive do ponto de vista jurídico. (N.T.)

instabilidade governamental "que amplifica, em vez de atenuar, as diferenças entre os atores e a paralisia que daí decorre" (Quince, 2005). Desde os tumultos de 1989 em El Caracazo, o processo de segregação, a perda de confiança nas ações de instituições públicas e o aumento dos mecanismos de segurança foram consideravelmente reforçados. No campo dos imóveis residenciais, esta evolução se caracterizou pelo desenvolvimento de uma forma privada de urbanidade (García Sánchez, 2004), com suas modalidades de planejamento e de execução comunitárias. Muitos bairros antigos de classes médias e afluentes, antes "abertos", estão agora sob o controle das "alfândegas residenciais urbanas."⁴ Em seguida, os condomínios fechados ⁵ (Capron, 2004) tornaram-se pontas de lança de uma oferta de novas habitações, que se desenvolveu principalmente em paisagens semi-rurais da periferia mais afastada.

Ao contrário de outras metrópoles latino-americanas igualmente submetidas a lógicas de segregação, Caracas é marcada pela contiguidade entre *urbanizaciones* e *barrios*. Os *barrios* são assentamentos mais ou menos precários em que residem os habitantes mais pobres. Suas múltiplas denominações (urbanização « espontânea » ou « auto-produzida », cidade « informal », « favelas » ou « cidades-bairros ») exprimem bem as perspectivas conceituais e políticas sobre sua condição complexa, heteróclita e vulnerável. A partir de sua proliferação a partir dos anos 1940-1950, certos *barrios* se « consolidaram »⁶ até tornar-se verdadeiros bairros populares, ao passo que outros continuaram existindo a despeito de sua crescente precariedade. Se a distinção entre eles deriva de um processo de urbanização e da história de sua incorporação cidadina (Baby-Collin, 2000), é em suas condições de surgimento que encontramos os elementos de sua semelhança. Esses assentamentos, caracterizados pela fragilidade de materiais e por sua disposição caótica e heteróclita, se desenvolvem em geral em espaços considerados impróprios para construção (particularmente, montanhas e leitos de ravinas) por urbanistas e pelos dispositivos do mundo cívico. Sua construção não está ligada a um planejamento, mas aos critérios e práticas da auto-construção. Esta se efetua graças a redes de relações em que predominam os laços comerciais « frouxos » e a cooperação de caráter doméstico e afetivo (Rosas, 1995). Esse tipo de assentamento evoluiu até tornar-se o mais importante em visibilidade e densidade populacional, mas apenas em meados dos anos 80 as administrações urbanas os incorporaram em suas políticas (González Tellez, 1999).

⁴ Sistemas de guaritas para controlar o acesso. (N.T.)

⁵ No original, "conjuntos residenciais com segurança ex nihilo" (N.T)

⁶ Esta qualificação, utilizada pelas administrações e seus pesquisadores, designa a melhoria das condições de habitação, acesso, abastecimento e serviços.

Monteclaro e La Pomarosa localizam-se na zona sul metropolitana, lugar de expansão entre duas vias estratégicas da rede viária que liga Caracas à região central do país: Estrada Regional do Centro (a maior do país) e uma Estrada Nacional que dá acesso às cidades satélites (San Jose, San Diego ...) localizadas nos Altos de Miranda.

i) Lomas de Monteclaro: um habitat exclusivo

Concebido para a classe média abastada em 1970 e construído a partir da década de 1980, Monteclaro é um conjunto residencial e de lazer de aproximadamente 300 hectares. Seus três setores, Laguna, Villas e Lomas, são integrados por um vínculo jurídico e ecológico, diferenciando-se por aspectos imobiliários e por hierarquias de utilização (Laguna é o mais luxuoso e exclusivo). O conjunto tem cerca de 170 residências ocupadas, 700 habitantes e uma densidade bruta de 2,3 pessoas por hectare. Em janeiro de 2001, o rendimento mensal dos domicílios tomados como amostra da pesquisa foi de cerca de US \$ 4.000, com renda familiar per capita de mais de US \$ 1.000.⁷ O preço por metro quadrado chegou a R \$ 1.000, R \$ 200 para despesas e 2.800 dólares por dívidas do clube.

A venda da primeira fase das unidades aos membros do clube não foi bem sucedida, e o empresário teve que abri-la ao mercado. Villas e Laguna (76 unidades) foram desenvolvidas e vendidas no início de 1990. A urbanização de Lomas previa 400 moradias, sobrados e *town-houses* distribuídos em 15 setores. No entanto, sua construção teve que enfrentar falhas na execução do projeto, os efeitos da inflação e a falência do banco em 1994. Das 100 casas construídas desde 1998, 60 estão ocupadas, mas apenas uma parcela dos moradores está lá desde o início.

ii) La Pomarosa: um habitat precário

Quando a ocupação de Monteclaro começa, a área de Hoyo de La Puerta já abrigava a existência de alguns *barrios* localizados ao longo da estrada: Salsa, El Café, Los Laureles ... Sua população fornecia mão de obra para as unidades agrícolas e aos postos de serviço da região. A antiguidade e o status "consolidado" de Los Laureles conferiam-lhe uma legitimidade reconhecida tanto pelas administrações públicas quanto pelos empresários e habitantes de Monteclaro. O crescimento demográfico e o incentivo do presidente da associação de moradores levou alguns habitantes a se instalar no que se tornaria La Pomarosa.

⁷ Além da revisão documental (documentos jurídicos, cartas endereçadas pelos líderes comunitários às administrações e jornais locais), o dispositivo metodológico teve como base as observações etnográficas, entrevistas (com dirigentes e prestadores de serviço do comércio e do município) e questionários aplicados a nove chefes de família em Lomas de Monteclaro e seis em La Pomarosa.

Um comitê popular distribuiu a terra em uma área de cerca de 2 hectares. A ocupação foi muito rápida, até ter cerca de 50 a 60 lotes atribuídos (dos quais 30 a 40 habitações precárias estavam de fato ocupadas). Menos de um ano depois, os números dobraram.

Entre Lomas de Monteclaro e La Pomarosa, a distância é de cerca de 100 metros. Apesar de cada unidade se caracterizar por uma dinâmica própria de ocupação, seu crescimento respectivo as obriga a uma proximidade e a uma maior interação. As condições de uma interdependência urbana - evidente mas problemática - aparecem então.

A homogeneização: do socio-espacial ao sociocultural.

As formas e qualidades de agregação permitem identificar a homogeneidade de uma população, de seus contatos sociais, de sua cultura e de seu habitat. Uma comunidade de interesses, de antecedentes e/ou de valores pode assim ser pressuposta. As características demográficas e socioeconômicas estão na base dessa homogeneidade. No entanto, parece mais difícil estabelecer com precisão a composição que esses elementos devem adquirir para assumir um estatuto homogêneo do que detectar a magnitude das diferenças que devem existir antes de surgir a incompatibilidade (Gans, 1961).

A uniformidade enquanto processo (homogeneização) supõe outros operadores: a escolha do terreno, o acesso ao local, os critérios do projeto (a opção do construtor por um modelo de habitação que determina as características do loteamento, a divisão do espaço, a distância entre as unidades), a oferta de serviços ...

As condições do habitat em Monteclaro e La Pomarosa fornecem uma medida da diferença entre dois tipos de homogeneidade. Em Monteclaro, as moradias e apartamentos são construídos com materiais sólidos, em áreas que variam de 75 a 200 metros quadrados; contam com todos os serviços e com um clube de lazer. Isto contrasta com o "quartel" de 20 a 40 metros quadrados de La Pomarosa, construído com resíduos reciclados sobre um solo úmido e terroso, não dispondo de qualquer serviço, sem água ou eletricidade.

Monteclaro representa um setor social moderno. Seus habitantes trabalham formalmente, tem renda mensal e dispõem de crédito. Os valores do esforço individual, da vida familiar, do consumo e de um status social devido ao sucesso profissional definem aqui a homogeneidade sociocultural. La Pomarosa é composta por classes populares ou classes médias empobrecidas, que moravam de aluguel em *barrios* de condições precárias. Apesar de terem educação secundária e, por vezes, universitária, metade dos entrevistados tem um trabalho instável e mal remunerado. As previsões quase não são parte de seu mundo cultural:

só há espaço para a sobrevivência diária. A perspectiva de uma habitação "própria" (mesmo que ilegalmente construída) aparece como uma oportunidade excepcional.

i) Motivações e mobilidades

O habitar em Monteclaro desenvolveu-se como uma adaptação das condições de ocupação que propunham originalmente o "country club" como uma segunda casa. De lugar para ficar durante as férias e fins de semana, Monteclaro gradualmente se tornou a principal residência de seus proprietários. Em 2002, apenas cinco casas ainda são casas secundárias em Villas. Todos os entrevistados de Lomas (dos quais apenas um não é o proprietário) instalaram-se entre 1999 e 2002. A metade morava numa *urbanización* no sudeste de Caracas. A maioria conheceu o lugar através de familiares ou empregadores (que muitas vezes financiaram a compra). As motivações para morar no local são importantes elementos unificadores: primeiro, a tranquilidade, o conforto e o ambiente natural; em seguida, as várias vantagens da vizinhança ("estamos familiarizados", "a solidariedade") e, finalmente, a proximidade da metrópole: "É como estar longe de Caracas... mas em Caracas".

Metade dos entrevistados de La Pomarosa simplesmente moravam em bairros populares ao sul e oeste de Caracas, enquanto a outra metade se deslocou de áreas próximas. A tranquilidade de um lugar "saudável", seu "silêncio", seu "frescor e área verde", assim como a segurança parecem para os entrevistados (em uma proporção de 4 a 5) como as motivações mais recorrentes.

A mobilidade cotidiana leva em conta a distância até Caracas e os congestionamentos. Para as atividades que se iniciam às 07:30 no centro-leste, é preciso sair por volta das 5 horas da manhã. Em contraste com as dificuldades de acesso à região de Altos de Miranda, os moradores de Monteclaro dispõem de veículos particulares (um para cada adulto). Isso representa um custo considerável, tanto financeiro quanto ambiental.

Os habitantes de La Pomarosa se deslocam a pé ou recorrem aos "yises", veículos rústicos adaptados ao transporte coletivo. Seus pontos de parada não têm abrigos contra o sol e a chuva. Sua frequência depende da disponibilidade de "yises" e de horários muito irregulares. Nenhum morador do bairro faz compras ou trabalha no sudeste de Caracas, assim como nenhum morador da *urbanización* frequenta os arredores ou o sudoeste de Caracas.

ii) Serviços e intercâmbios

A localização na periferia suburbana é uma característica comum a ambas as unidades residenciais: é preciso percorrer longas distâncias para buscar educação, compras ou serviços de saúde. Dentro de Monteclaro, existe apenas o restaurante do clube e um "centro de serviço" localizado em Villas, onde há uma *bodega*⁸, uma máquina de gelo e uma lavanderia. Apesar de seus 10 metros quadrados, a *bodega* funciona como um mini-mercado e oferece uma variedade de produtos. Dando um atendimento personalizado aos seus clientes (que, por exemplo, podem fazer uma encomenda para ser entregues em casa), a bodega assemelha-se aos pequenos comércios locais e torna-se um vetor de porosidade.

La Pomarosa não tem qualquer serviço em sua área ou em seu entorno, exceto dois restaurantes e uma cabine de polícia no cruzamento rodoviário Cortada del Guayabo. Os postos de saúde e de educação mais próximos ficam na vila de San Jose, a 10 minutos de carro (praça, igreja católica, pequeno comércio, escola) e no *barrio* de Los Laureles (consultório de Saúde Pública, Igreja evangélica), a 5 minutos de carro.

Em Monteclaro, só os membros do clube podem desfrutar dos campos esportivos. Os moradores desse conjunto residencial fazem suas grandes compras nos centros comerciais do sudeste de Caracas ou em San Antonio (a 45 minutos de carro). As saídas dos habitantes de La Pomarosa se fazem no sudoeste de Caracas, em particular na região de Valle-Coche, onde há um hospital metropolitano, um grande supermercado e centros comerciais.

Um espaço compartilhado minimamente por residentes de ambos os bairros são as lojas localizadas em San Jose. No entanto, não existe uma feira semanal ou café que possa suscitar oportunidades de intercâmbio entre as duas comunidades. A praça da vila de San Jose seria o mais próximo de um espaço público capaz de receber os moradores do *barrio* e da *urbanización*, mas nenhum dos entrevistados declarou usá-la para este fim. O único lugar de troca (pela percepção e pelo uso) é a Estrada Nacional.

Esta falta de apoios topológicos e de intercâmbio entre cidadãos não é surpreendente. Para os moradores de Monteclaro, atividades e espaços públicos não são vistos como necessários. Não só eles têm uma estrutura para atender suas próprias necessidades de passeios, de contatos, de esporte ou lazer, mas a troca com pessoas consideradas indesejáveis não lhes interessa.

Demasiado ocupada e preocupada com a estabilização de suas moradias, a população de La Pomarosa, por seu lado, não percebe até que ponto a disponibilidade e a utilização de

⁸ Alguns moradores se recusam a denominá-la « *bodega* » e preferem o termo « *tiendita* » (*lojinha*), já que « *bodega* » designa historicamente as mercearias dos *barrios*.

espaços públicos próximos poderiam ajudar a amenizar sua moradia. Essa proximidade revela-se, acima de tudo, mutuamente embaraçosa e é uma consequência da contigüidade de duas populações. Cada uma à sua maneira, as duas estão forjando uma presença territorial à custa do espaço público: sua proximidade é física, de confronto, ponto final. A proximidade espacial não somente traz pouca probabilidade de cruzar as "órbitas" de seus "mundos sociais" mas reforça a distância entre os seus "estilos de vida" (Strauss, 1995).

Cada conjunto residencial exprime uma cultura do habitat e da habitação que pode tirar um proveito diferente da homogeneização. Em Monteclaro, essa cultura se define por uma solidez e por uma mobilidade garantidas que fazem da homogeneidade um traço operacional. Não só essa homogeneidade, absolutamente escolhida, reforça a organização social, mas pode servir como um incentivo comunitário. Em La Pomarosa predominam a fragilidade da ocupação e a precariedade dos meios. Trata-se de uma *homogeneidade negativa*, calcada no princípio de um nivelamento por baixo, que tem dificuldade de fortalecer dinâmicas que não sejam marcadas pelos conflitos e pela instabilidade. A agregação aqui é apenas uma qualidade para prevenir alguns efeitos desestruturantes das incompatibilidades.

Territórios, acessibilidade e estrangeiridade

A delimitação territorial é feita por uma multiplicidade de fatores que fortalecem a interface homogeneização-segregação. A *topografia do local* é importante porque se torna o primeiro nível de articulação entre a natureza física e o desenho urbano. O segundo nível é a *definição segmentar das margens do perímetro*, estabelecida pelo alto-relevo, pelas cabeceiras de vegetação densa e por grades. Esta delimitação de Monteclaro distingue muito claramente o interior da *urbanización* do seu entorno, composto por terrenos baldios, a estrada regional do centro, propriedades privadas de antigos moradores, o *barrio* de Los Laureles e La Pomarosa.

Apenas uma placa de sinalização na rodovia identifica Monteclaro. A filtragem de acesso de veículos e pedestres exercido pelos dispositivos de "guaritas residenciais", presentes em todas as vias, é a parte "ativa" da delimitação territorial: cabines ocupadas por seguranças, barreiras para impedir o acesso, iluminação especial acionada com a proximidade dos carros. A visibilidade do dispositivo de segurança é um importante marcador territorial. Ela se articula com rotinas de ação (parar o pedestre, interrogá-lo, identificá-lo, dar-lhe ou não a passagem, gerenciar conflitos que possam surgir...) e afeta diretamente as funções relacionadas à acessibilidade urbana (circulação, o abastecimento).

O reconhecimento dos indivíduos e de suas atividades torna-se o marcador instrumental e antropológico de delimitação territorial. Seus imperativos e suas consequências são morais e sua execução é perceptiva-cognitiva. Esse marcador abrange todos que fazem uso do acesso, sejam residentes, visitantes, funcionários ou estranhos. A ativação do controle das guaritas depende da forma como essas identidades remetem a uma escala de reconhecimento do outro. Uma gradação (estrita, média ou suave) será baseada em qualidades *fenomenológicas* (aparência), *históricas* (o hábito) ou *cognitivas* (a proximidade), que permitem a identificação. Deste reconhecimento dependem também o uso do alarme, a ocorrência de reclamações ou a reação de medo dos moradores.

Sem "*motivo identificável*", estranhos e visitantes não têm acesso livre a Monteclaro. O hábito ou adesivos de identificação nos pára-brisas de carros permitem aos vigias reconhecer os "nativos". Ao passar pela guarita, os estranhos geralmente solicitam informações ou mostram-se disponíveis à interpelação dos seguranças. Qualquer hesitação certamente provocará uma maior atenção destes. Mas a suspeita é relativizada se o estranho está acompanhado por uma pessoa conhecida: a interação passa a se dirigir a esta e o controle reduz-se sobretudo às trocas de olhar. Quando um estranho vai à *bodega*, deve estacionar em

local visível indicado pelos guardas. Se o estranho se desloca, os guardas devem ser previamente informados.

A distinção proposta por R. Sennet (1979) entre o "stranger - estranho" e "o estranho - desconhecido"⁹ não parece ser adequada aqui para definir o "público" como sujeito¹⁰. É menos uma questão de inadequação semântica do que uma intimação feita a priori e justificada como um cumprimento da regra. Esta intimação dá conta tanto do estatuto privativo do condomínio quanto da lógica do controle que precede toda relação social neste contexto. Diante da questão a ser respondida pelo público num meio de estranhos ("*como fazer com que aqueles que não o conhecem acreditem em você?*"), a intimação transformada em regra impede qualquer resposta que já não esteja codificada. Trata-se, portanto, de um "reconhecimento" que pouco tem a ver com o fenômeno descrito por A. Honneth (2002), em que toda consideração cognitiva deve levar em conta os valores de "estima social" e de "solicitude pessoal" que o outro manifesta. Assim, vemos como a segregação urbana qualifica formas estanques de divisão social do espaço, ao mesmo tempo em que permite interpretar sua significação (Grafmeyer, 1994).

Mas as "sub-guaritas" encontradas no interior de Monteclaro também servem para estabelecer segmentações, diferenciando a qualidade dos moradores: nem todos podem fazer uso de todos os acessos ou atravessar as sub-guaritas. Somente os moradores que também são sócios do clube podem utilizar a entrada da rodovia. Rumo a Laguna há uma "sub-guarita" que pode ser atravessada apenas por aqueles que lá vivem ou por seus visitantes "aguardados". Em Lomas, a tendência é a instalação de uma sub-guarita com o argumento da insegurança política e social (medo de saques de algumas milícias pró-Chávez). A figura do *stranger* – desconhecido, com seu "*aspecto perturbador*", não é mais o que justifica a recepção hostil. Este lugar é tomado pela figura do *stranger* – estranho, já claramente identificado como "chavista".

A sub-guarita que dá acesso a Villas é mais "porosa": além dos moradores e visitantes, ela é atravessada por outros moradores de Monteclaro que usam o "*centro de serviço*". A

⁹ NT: no original: *étranger* (que combina os significados de estrangeiro e estranho) e *inconnu* (desconhecido)

¹⁰ No primeiro caso, a estrangeiridade não coloca muitos problemas porque os autóctones não apenas « *já estão fixados sobre os intrusos* » por seus traços físicos, sua língua, seus hábitos (p.e., os chineses entre os italianos), mas também « *porque eles têm suficiente senso de sua própria identidade para determinar quem pertence ou não a seu mundo* ». Este não é o caso do *stranger* – desconhecido, que « *pode confundir ou perturbar aqueles que não têm uma sensação clara de sua própria identidade, que perderam sua imagem tradicional ou pertencem a um novo grupo social que ainda não possui uma marca distintiva nítida* ».

lavanderia, antes disponível para os moradores de Laguna e Lomas, é restrita aos moradores de Viilas, devido ao alto custo dos reparos de danos causados pelo uso freqüente. Em Monteclaro, Lomas é a unidade residencial "mais aberta": basta aos "reconhecidos" anunciar o endereço aos seguranças para atravessar a guarita. É também pelas entradas norte e sul de Lomas que chegam os diversos visitantes de Monteclaro. A segmentação feita pelas sub-guaritas (e a segregação que ela acarreta) é raramente criticada pelos moradores entrevistados. Isto é considerado parte da vida normal em uma moradia privativa.

Aqueles que trabalham como empregados domésticos ou administrativos, os que atuam na manutenção ou na segurança, os entregadores e prestadores de serviço, constituem uma população que, devido a suas funções, é admitida no espaço. Nem estranhos, nem habitantes, nem, a rigor, amigos, seu trabalho cria uma certa familiaridade que os torna reconhecidos e aceitos pelos moradores de Monteclaro. No entanto, esse reconhecimento é também objeto de um processo de codificação. Os "domésticos" e os funcionários do clube têm um cartão renovável válido por um mês, que lhes permite cruzar todas as guaritas. Por sua vez, os operários, trabalhadores de serviços e entregadores só podem usar a entrada Norte de Lomas, por meio de um registro na administração. Esta identificação não pode ser transferida a outro membro da empresa ou serviço. Alguns trabalhadores de serviço moram em Los Laureles e Las Brisas. A presença destes "estranhos reconhecidos" é um vetor de abertura ao exterior e de significativa interação. Um vendedor de sorvete que atua desde as origens da "*urbanización*" e o gerente da bodega que faz entregas a domicílio são os únicos a portar "passes livres".

As condições de acesso (ao local, à moradia) e sua gestão diária especificam ao mesmo tempo uma dinâmica de homogeneização sócio-espacial, de semelhança /encontro cultural e de manutenção da qualidade de vida. Estes tomam forma graças a uma restrição ao comércio com o "exterior" (seja qual for o grau desse exterior, bastando que seja regido por normas consideradas "estrangeiras") e a transição para a autonomia administrativa e de serviços.

As evidências que acompanham a marcação territorial dos bairros de Monteclaro desaparecem quando se trata de identificar La Pomarosa. Para quem vem pela estrada a partir de Hoyo de La Puerta, o *barrio* é percebido apenas a um olhar atento, após passar as guaritas de Monteclaro, a estação da Universidade Central da Venezuela (UCV) e algumas dezenas de

metros antes de chegar ao restaurante La Cortada del Guayabo. Dos dois lados da pista, apenas as barracas mais próximas da estrada podem ser notados e é preciso entrar na área a pé para perceber sua extensão. Um princípio de "discrição urbana" (García Sánchez, op. Cit.) prima na instalação e na visibilidade deste bairro. Isto não é surpreendente, dadas as condições da sua invasão e seu caráter ilegal. Pequenas estradas de terra dão acesso aos grupos de casas da estrada. Não há calçadas, entradas equipadas com escadas de concreto, nem controle de segurança no acesso.

i) Segurança / insegurança: a mediação do ambiente e de seu equipamento

A insegurança não é muito presente no discurso dos moradores de Monteclaro e de La Pomarosa. Com exceção de alguns roubos à mão armada na saída para a estrada (o que levou ao reforço da fiscalização), os poucos delitos referem-se a automóveis, eletrodomésticos e bicicletas. Além dos guardas, os "controladores" do condomínio cuidam para garantir a exclusividade da utilização de suas instalações aos membros e convidados, bem como o respectivo acesso a estes. Mas essa reserva discursiva significa que o binômio segurança /insegurança não ocupa um lugar central na vida em Monteclaro? Isso implicaria reduzir o fenômeno aos picos emocionais de suas representações languageiras e negligenciar o papel dos equipamentos distribuídos ao longo do complexo residencial. A força e a eficácia dos marcadores lhes dá um papel mais ativo, que não se limita a meros objetos e espaços. Eles funcionam como apoio de informação para a coordenação das ações. A diminuição dos medos e expectativas de segurança dos seus residentes deles dependem. Então, o espaço assim ocupado "empobrece a representação da ação" (Conein, 1997), diminuindo a ansiedade com a segurança em sua intensidade emocional e em sua expressão.

Para o responsável pela associação de Los Laureles, a ignorância dos "estrangeiros" de La Pomarosa torna-se um fator de medo e de insegurança: "antes podíamos andar por lá, agora não; não se sabe o que pode acontecer com esses desconhecidos." O escrutínio dirigido aos estrangeiros é um traço comum com Monteclaro. Os habitantes de La Pomarosa estão preocupados com uma estrangeiridade que pode encarnar quer uma hostilidade por sua instalação, quer à chegada de novos ocupantes.

Normas e representações sociais: entre vizinhança e comunidade

As normas sociais estão sujeitas a uma vigilância rigorosa em Monteclaro. Quer digam respeito à gestão da estrangeiridade, à utilização de serviços comuns ou à redução a conflitos de coabitação, as normas são cuidadas pelos vigias e moradores.

Os mecanismos de coação têm um papel nisso. Em caso de roubo às casas, a empresa de segurança é obrigada a pagar o valor equivalente aos bens roubados. Assim, entendemos melhor o tratamento suspeito que os guardas reservam à maioria dos estrangeiros. O motorista tem que parar, estacionar e abrir a mala do carro diante do guarda para comprovar que "não está levando nada." Este tipo de situação confirma os pressupostos de homogeneidade cultural dos moradores de Monteclaro, mas confirma também a filosofia comunitária que pressupõe que os fatores de risco vem de fora. O lugar da "comunidade" é assim reforçado como instância moral e sociopolítica de julgamento organizacional, de decisão e de resolução de conflitos. A comunidade constitui-se assim como autoridade sem o obstáculos das exigências sócio-políticas de simetria colocadas pela *res publica*.

As perturbações sonoras geradas por conflitos domésticos (por exemplo, um morador que « faz festas com mulheres ») e as disputas que daí decorrem também servem para testar as normas sociais. São distribuídas então « circulares » para lembrar as normas de conduta exigidas dos moradores. Quando essas circulares não surtem efeito, uma admoestação, seguida da ameaça de utilização de meios legais, tornam-se os meios de resolução de conflitos.

O riverain¹¹ e a comunidade

A figura do « *vecino* » (riverain) é importante no surgimento e na generalização da comunidade como forma de organização sócio política na Venezuela. Entre as *paterfamilias* da Colônia e o « *vecino - cidadão* » do período da Independência ao século XIX, a mudança de sociedade e de sistema de governo deixou intacta a importância desta figura residencial como sujeito político. A chegada da democracia em 1958, a progressiva perda de credibilidade representativa dos partidos políticos e o aumento dos problemas urbanos a partir dos anos 1980, confirmam o « *vecino – riverain* » como peça de base da organização

¹¹ A palavra francesa “*riverain*”, assim como a espanhola “*vecino*”, tem um significado mais amplo que o português “vizinho”, com implicações políticas, comunitárias e/ou administrativas – aproximando-se, conforme o contexto, de condôminos ou de membros de associações de moradores. Quando necessário, optamos por manter o termo no original.

comunitária. Ele dispõe de uma «inserção» invejável: confrontado cotidianamente com todo tipo de problemas urbanos ligados à moradia (abastecimento, segurança, serviços, etc.), deve tentar resolvê-los independentemente das administrações públicas, pois estas não inspiram confiança. Organizado em associações, o riverain adquire uma influência política considerável. Desde o final dos anos 1980, essas associações se tornam interlocutores privilegiados das legislações e administrações urbanas. Embora o funcionamento da maior parte das associações não tenha a temporalidade e a coerência de um projeto político, a « comunidade riveraine » torna-se uma referência de interface entre as políticas urbanas e os movimentos sociais.

Os horários e os motivos de deslocamento dos moradores revelam os setores de Montecarlo como « cidades dormitório ». Mas esse qualificativo não tem uma conotação negativa. O afastamento físico dos centros urbanos da capital exige um deslocamento para realizar grandes compras. É também uma das condições para a tranquilidade, a exclusividade e o contato com a natureza buscados. Todos « *ficam em casa* », « *na vizinhança* » ou « *no clube* ». Esses três locais surgem como pilares de Lomas de Montecarlo. A *disponibilidade de uma proximidade assegurada*, no duplo sentido em que ela « *está à mão* », mas também de que não expõe a riscos (Breviglieri, 2005) é um elemento essencial no uso do tempo livre e sua incidência sobre o viver.

A ingerência doméstica sobre os locais de sociabilidade não deixa de afetar o modo como a *urbanización* registra os parâmetros socio-espaciais da comunidade: « *Acho que os três setores (Lomas, Villas y Laguna) fazem a comunidade. Aliás, temos o mesmo serviço de vigilância, estamos aqui para ajudar uns aos outros* ». Outro vetor comunitário é a abertura mais ou menos informal aos espaços privativos (o parquinho no interior de Villas). O clube representa uma comunidade mais restrita de qual participam igualmente certos moradores dos três setores que têm livre acesso. Esse pertencimento estimula a sociabilidade para além da vizinhança imediata: os jogos de tênis, a freqüentação do restaurante e as atividades especiais são algumas ocasiões de reunião. A sociabilidade « *riveraine* » aparece então em toda sua importância. A pluralidade das dimensões dessa sociabilidade e o engajamento voluntário constituem uma diferença marcante com relação aos contextos do morar privado em Caracas definidos pela instalação de guaritas. A segmentação própria aos condomínios fechados e a institucionalização da segurança (submetida a fortes exigências de eficácia, cujas falhas são passíveis de punição), favorecem a transferência da vigilância para os dispositivos e agentes profissionais.

A atmosfera conflituosa que domina os planos constitutivo, representativo e normativo em La Pomarosa coloca obstáculos consideráveis a seu reconhecimento como bairro ou como comunidade, mesmo para seus habitantes. De fato, existe uma comunidade de interesses (que luta pela legitimidade da ocupação) e de problemas (aceitação pelos vizinhos, inserção social e política, fornecimento de serviços). Mas isso não parece ser uma base suficiente de coesão comunitária. Exemplo: os entrevistados se queixam que as relações de vizinhança se reduzem habitualmente a um « Bom dia », e eventualmente ao aviso da presença dos funcionários da administração urbana. A *falta de coesão* e a pequena *capacidade de resposta* aos problemas comuns os caracterizam como habitantes de uma comunidade nascente.

Os moradores de Los Laureles e seus próximos têm relações de atrito com « os estrangeiros » do setor « ocidental » do *barrio*. Estes apareceram na área graças aos « *boatos que corriam* » sobre a invasão. Os ativistas da primeira onda de invasão perceberam que, com os recém chegados, a situação escapou a seu controle. O princípio de « os primeiros em primeiro lugar » na dinâmica de apropriação em La Pomarosa dá margem a conflitos entre os dois grupos. Superar a instabilidade de um assentamento por invasão não é pouca coisa. Ainda mais quando o potencial organizador é minado por divisões internas, as instâncias de mediação não são reconhecidas por todos e o apoio institucional é instável. Esse contexto, em que as solidariedades são difusas e confusas, dificulta a representação legítima da dimensão social necessária para considerar uma ação pública de combate às desigualdades (Preteceille, 1998).

Os participantes da nova onda de ocupação praticamente não se conhecem. É a invasão que os une. O primeiro grupo apresenta uma identidade mais comunitária (embora o laço com Los Laureles seja às vezes dissimulado), ao passo que o segundo age de modo mais individualista. Os dois grupos entram em conflito¹² e afrontam os obstáculos colocados pela administração recusando-se a buscar uma dinâmica comum. Longe do mito que liga a figura comunitária a um ideal de ajuda mútua característica das camadas populares¹³, « a necessidade » não somente não contribui para a mobilização como também origina disputas.

¹² Por exemplo, um dos porta-vozes desse grupo, que diz ter sido ofendido, bateu num participante do outro grupo que deu queixa na delegacia de polícia.

¹³ « *Le terme communauté (...) désigne cette propension pragmatique des populations pauvres à se regrouper pour bénéficier de solidarités de groupe afin d'améliorer leur condition quotidienne face au dénuement e à l'adversité* » (Genestier, 1991).

i) a legitimidade assimétrica

Monteclaro encontra na existência e no desenvolvimento de La Pomarosa seu problema principal. Por sua vez, o *barrio* se sente ameaçado pela pressão dos moradores de Monteclaro que almejam sua extinção. O afrontamento da visão da realidade dos moradores das duas unidades residenciais se traduz não apenas pela homogeneidade socio-espacial e sócio-cultural, mas também pela definição de uma existência própria oposta à do outro. Nesse contexto de contiguidade de extremos, as representações das unidades residenciais vizinhas dependem do modo como se percebe sua legitimidade. Esta legitimidade reflete amplamente a assimetria que caracteriza toda operação de urbanização em Lomas de Monteclaro e no *barrio* de Pomarosa.

Para os moradores de Lomas, seus vizinhos de Monteclaro « *são pessoas agradáveis que sabem partilhar* », « *temos os mesmos interesses* ». Com relação aos vizinhos, a antiguidade de Los Laureles e os contatos interpessoais (através dos empregados da administração e da segurança) contribuem para a aceitação de sua presença: « *Eles já estavam aqui antes de nós e não temos problemas com eles* ». Para alguns, no entanto, é impossível distinguir entre Los Laureles e La Pomarosa; esses lamentam que « *o barrio não pare de crescer* ». O novo *barrio* representa a depreciação das propriedades imobiliárias, a insegurança pessoal, a perda de controle do crescimento urbano, a deficiência dos serviços, a poluição de meio ambiente.

As representações negativas de seus vizinhos predominam também entre os moradores de La Pomarosa: « *Para as pessoas que dirigem a invasão* [segundo um membro do grupo « ocidental »] *nós somos menos que nada, porque ocupamos terrenos destinados às suas famílias* » ; « *As pessoas de Monteclaro e de San José fazem pressão e fizeram até uma manifestação contra nós na rua* ». Outros identificam mais claramente o núcleo relacional do conflito: « *lamento a falta de comunicação com os outros. As pessoas aqui vivem de modo isolado* ».

O *status de invasão* de La Pomarosa, seu correlato de *legitimidade vulnerável* e a *dissensão* entre aqueles que dela participam estão na origem dos desafios à normatividade social do assentamento. A homogeneidade dos critérios e das condutas (ao menos diante de terceiros, visando uma legitimidade) que caracterizaram o desenvolvimento de uma importante parcela dos *barrios* metropolitanos não se percebe aqui. Os primeiros invasores não confiam nos segundos (e vice-versa) e negam a legitimidade de sua presença no local. Os conflitos entre eles tomaram diversas formas: discussões, brigas com violência física, disputas

judiciais, evitamentos... As normas sociais que regulamentam os costumes sofrem desse modo tensões variáveis mas permanentes, e a atmosfera dos relacionamentos flutua entre o afrontamento e a anarquia.

Dispositivos políticos e ação coletiva

O caráter privado de Monteclaro estabelece desde o início os índices de uma condição de autonomia crescente quanto às funções urbanas, prestação de serviços, acesso aos espaços de lazer e de circulação. Esta disposição privada se funda sobre a figura contratual da copropriedade na gestão dos loteamentos residenciais e das zonas comuns.

As relações entre os moradores [*riverains*] de Monteclaro e as administrações urbanas são quer reduzidas a sua expressão mínima (como no caso dos serviços), quer submetidas a dificuldades que os inserem em uma lógica do conflito (como na ocasião das invasões de La Pomarosa). Assim, os moradores de Lomas endossam o status de « legalidade negligenciada », inseridos em um duplo conflito: por um lado, eles representam o setor « popular » de Monteclaro, o que retira de seus habitantes uma parte dos privilégios dos demais condôminos; por outro lado, do exterior do conjunto, eles são percebidos como membros de Monteclaro.

De qualquer modo, os moradores de Monteclaro sofrem frequentemente as falhas da iniciativa pública: a coordenação administrativa segue muitas vezes uma dinâmica de recusa mútua de responsabilidades. A zona de invasão é um espaço-fronteira entre as municipalidades de Guaicaipuro, de Baruta e de Los Salias. Isso agrava a questão das competências entre as administrações urbanas; a atribuição das responsabilidades tende a oscilar entre a disputa e o descaso. A lógica clientelista dos partidos políticos ou dos « *caudillos* » locais encontram aí condições propícias.

Os efeitos desse status vulnerável, en termes de volonté de sécession politique ne tardent pas à apparaître. A disposição para um acordo com os outros moradores de Monteclaro e demais cidades da região (San Diego, San José) para obter independência jurídico-política da municipalidade de Guaicaipuro é manifesta. Os Conselhos de Proprietários dos três setores de Monteclaro e o Conselho de Acionistas do clube reúnem-se para elaborar estratégias de convocação dos setores « irmãos ». As condições de semelhança socioeconômica e socio-espacial, assim como a percepção de uma ação municipal « *afastada*

dos intereses da comunidade » surgem como vetores de uma comunidade de interesse sobre a qual uma dinâmica de organização política pode se apoiar.

No caso de La Pomarosa, a ilegalidade, a ilegitimidade (aos olhos dos demais habitantes, mas também das administrações urbanas e ministeriais) e as disputas entre os moradores próximos a Los Laureles e os « ocidentais » são fatores de diferenciação política. Impossible dans ces circonstances de forger une armature sociale localisée permettant de structurer avec un minimum de cohérence les demandes de façon à ce qu'elles soient assumées par les pouvoirs politiques (Préteceille, E., op. cit.). A invasão, ao mesmo tempo em que se beneficia da falta de coordenação, fica prisioneira desta e, portanto, da ambiguidade prática das autoridades que não orientam a ação pública de modo coerente.

A municipalidade de Guaicaipuro não reconhece a legitimidade da « *ocupação das terras* », mas tampouco age para promover uma solução de habitação¹⁴. A Caixa de Desenvolvimento Urbano (*FONDUR*) estimula a ocupação por meio do conselho dos « ocidentais » de La Pomarosa (alguns se beneficiam do serviço jurídico de seus empregadores). O Ministério do Meio Ambiente tenta a dissuasão (funcionários para falar com os « invasores », envio de advertências e notificações), mas não ativa os mecanismos para regulamentar a situação¹⁵. As forças da ordem (*Guardia Nacional*), que impediram uma primeira invasão dois anos antes, toleram de fato a situação. Portanto, trata-se não tanto de um afastamento da norma do que da instrumentalização territorial de uma ambiguidade política.

Conclusão

Começamos este artigo assinalando um objetivo: refletir sobre o modo como o tratamento paralelo de uma categoria socio-espacial (a vizinhança) e de uma categoria sócio-política (a comunidade) pode representar um desafio mútuo. Esse desafio foi avaliado com base na crescente segregação de duas unidades residenciais fortemente diferenciadas. Impossível falar aqui de « bairros », inclusive porque em seu contexto específico, essas « unidades » são habitualmente identificadas como uma *urbanización* e um *barrio*. Essas « unidades » *coexistem em uma incômoda proximidade, mas partilham, cada uma a seu modo, um cultura da homogeneidade e um desprezo pelo domínio público*. Se, no caso de

¹⁴ Para evitar a qualificação de invasão, emprestar à ação uma legitimidade estatal e aproveitar a afiliação « *chavista* » do prefeito, um cartaz de Chavez em trajes militares é exposta desde os primeiros dias na entrada dos novos *ranchos*.

¹⁵ La Pomarosa situa-se no perímetro da Zona de Proteção Natural onde fica o reservatório de água da Mariposa, principal fonte de abastecimento da região da capital.

Monteclaro, esse desprezo se exprime por uma espécie de indiferença, no caso de La Pomarosa, é a tradicional reivindicação da apropriação justificada pela necessidade que reproduz os modos de desenvolvimento urbano que caracterizaram a capital no século XX. No entanto, a emergência de La Pomarosa mostra uma forma mais flexível e descentralizada de auto-segregação, na medida em que seus moradores preferem recomeçar do nível primário da urbanização (a invasão) a permanecer nos *barrios* mais violentos, caros e deteriorados. A vontade de apropriação estimula a substituição de uma forma de precariedade por outra.

Essa dificuldade de manter relações construtivas com a *res publica* remete certamente aos problemas decorrentes de edificar seu habitat e seu habitar à revelia do outro. No caso da *urbanización*, o outro não está previamente excluído, mas é submetido a uma *lógica reforçada do controle*, projetada de tal modo que nada pode lhe escapar: sobretudo a diferença do outro que, dessa forma, jamais poderá se tornar um *outrem*. No caso do *barrio*, a *urgência da «necessidade»* autoriza a desprezar o domínio público, o meio ambiente, as instituições, e também a reagir com hostilidade aos «desconhecidos», ou seja, praticamente todos exceto eles próprios.

Em termos de ação pública, essa contiguidade dos extremos mostra a que ponto a «*seletividade das redes de governança*» serve como operador de desigualdade política (Préteceille, op. cit.). Esta por sua vez reforça as fontes segregativas da comunidade socio-espacial. No «*dilema entre abertura e dogma*» com que se confrontam as políticas públicas de urbanização em (Gonzalez Tellez, op. cit.), a cidadania parece continuar ameaçada em uma prospectiva de ação que pouco parece ter aprendido com as adversidades anteriores (García Sánchez e Villá, 2001). O desenvolvimento urbano nos Altos de Miranda (uma das regiões privilegiadas de expansão em Caracas) se anuncia como mais um campo do enfrentamento fratricida que hoje domina politicamente o país.

Vizinho é «o que é contíguo» sem dúvida, mas também «o que está entre duas coisas, comum a ambas».¹⁶ Não é por acaso que aquilo que identifica a vizinhança entre Monteclaro e La Pomarosa é a potência dos desafios: os marcadores territoriais, os dispositivos de segurança com sua moral de reconhecimento, os fossos geográficos, a espoliação e a degradação do espaço público, a comunidade segmentada. O estímulo ao *entrincheiramento*, a

¹⁶ Ver Nota 2 (acima). O termo em francês é *mitoyen*, cujo verbete no Petit Robert o autor cita aqui. Em português, a palavra “vizinho” recobre o primeiro sentido mas não o segundo. (N.T)

ênfase nas diferenças e nos meios de reforçá-la surgem como a matéria de uma *improvável comunidade*¹⁷.

A sociologia urbana de H. Gans defende a « *moderação* » como critério de felicidade, no que diz respeito tanto à homogeneidade quanto à heterogeneidade residenciais. Se a homogeneidade facilita a tarefa dos procedimentos democráticos, sua generalização não é um modelo para as sociedades pluralistas. Se a heterogeneidade induz à tolerância com as diferenças sociais e culturais, sua gestão dificulta o cumprimento das normas decididas pela comunidade democrática. Aplicada à homogeneidade, a moderação se torna a condição de possibilidade de uma « *comunidade equilibrada* », pois facilita a tarefa de « chegar a acordos viáveis ». A « *heterogeneidade moderada* » estimula a exposição a modos de vida alternativos, permitindo que os mundos sociais não sejam reduzidos à « *localidade* » (Strauss, op. cit.).

O mosaico urbano da « *ville desserrée* » (Bordreuil, 1999), tal como se coloca hoje em Caracas, suscita as metáforas das ilhas e do arquipélago. Uma tripla constatação se impõe: as fronteiras não desaparecem, não constituem mais elementos de um conjunto e atuam como filtros assimétricos. A contiguidade das comunidades residenciais, longe de contribuir para « *pensar o espaço como junção de intervalos* » incita a considerá-lo como « *relação de distâncias* » (Tassin, 1991). Ainda não aprendemos que « *o problema não é tanto a distância que separa mas o laço que une na separação* » (ibid. op. cit.). A análise dos desafios da contiguidade das desigualdades mostra as consequências de um *enraizamento territorial que faz as assimetrias proliferarem*. Nas novas formas de segregação se impõem ainda algumas velhas práticas: estar ao lado não implica *estar junto*. Nem vizinho, nem cidadão, o caraquenho parece despreparado no que concerne à comunidade com o outro e se arrisca a afogar-se nas águas do arquipélago.

Bibliografia

- Baby-Collin V. 2000. *Marginaux e citadins. Construire une urbanidade métisse en Amérique Latine*, Thèse de doctorat. Toulouse : Universidade de Toulouse-Le Mirail.
- Bordreuil J.-S. 1999. La ville desserrée, in Paquot T., Lussault M. e Body-Gendrot S. (eds.), *L'urbain : l'état des savoirs*, Paris : La découverte, p. 169-182.

¹⁷ « *Lorsque les différences entre les résidents de deux zones sont petites, ils peuvent développer a tolérance envers l'autre. Ils peuvent même s'accorder pour ignorer certaines différences importantes pour obtenir un consensus. Une extrême hétérogénéidade n'amène pas aux mêmes résultats. Elle encourage plutôt l'inhibition dans a comunicação e les ressentiments mutuels* » (Gans, 1963).

- Breviglieri M. 2005. Bienfaits e méfaits da proximidade no travail social, in Ion J. *Le travail social en débat(s)*, Paris : La Decouverte, p. 219-234.
- Capron, G. 2004. Les ensembles résidentiels sécurisés dans les Amériques. *L'Espace Géographique*, n° 2, p.97-113.
- Coing H. 2004. Caracas et l'«approfondissement da révolution», *Urbanisme*, n° 339, p.
- Conein B. 1997. L'action avec les objets. Un autre visage de l'action située ?, in Conein, B., & Thévenot, L., dir. *Raisons pratiques* n° 8, *Cognition e informação en société*, Paris : Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, , p. 25-45.
- Dubet F. e Lapeyronnie, D. 1992. *Les quartiers d'exil*, Paris : Seuil.
- Esposito, R. 2000. *Communitas. Origine e destin da communauté*, Paris : PUF.
- Gans H. 1961. Planning and social life: Friendship and Neighbour relations in suburban communities, *Journal of the American Institute of Planners*, n° 7, vol. XXVIII, p. 649-659.
- Gans H. 1963. The Balanced Community. Homogeneity and Heterogeneity in residential areas? *Journal of American Institute of Planners*, p. 176 – 184.
- García Sánchez P. J. 2004. a forme privative de l'urbanité : emprise sécuritaire e homogénéisation socio-spatial à Caracas. *L'Espace Géographique*, dossier *Ensembles résidentiels fermés*, n° 2, p. 114-130.
- García Sánchez P. J. e M. Villa, « de la sociabilidad vigilante a la urbanidad privativa. Homogeneización residencial, usos ciudadanos y ciudadanía en Caracas », in *Perfiles latinoamericanos*, n° 19 (pp. 57-83) e n° 20 (pp. 220-242) FLACSO, México.
- Genestier P. 1991. Pour une intégration communautaire. *Esprit* n° 2, p. 48-59.
- González Tellez, S. 1999. *Aprendizaje o dogma en políticas públicas*, Caracas: Conavi/USB.
- Grafmeyer Y. 1994. « Regards sociologiques sur la segregation », in Brun J. & Rhein C. (eds.), *a segregação dans a ville : concepts e mesures*, Paris, L'Harmattan, p. 85-118.
- Honneth A. 2002 (1992). *a lutte pour a reconnaissance*, Paris : Editions du cerf.
- Pinçon-Charlot M., Préteceille E. Rendu, P. 1986. *Segregation urbaine*, Paris : Anthropos.
- Préteceille E. 1998. Inégalidades urbaines, gouvernance, domination?, in Balme R., Faure A. e Mabileau A. (eds.) *Politiques locales e transformações de l'action publique en Europe*, Grenoble : Cerat, p. 175-184.
- Rosas I. 1995. La cultura constructiva popular en las areas de barrios de ranchos, in Amodio, E. & Ontiveros, T. (eds.). *Historias de Identidad Urbana . Composición y Recomposición de Identidades en los Territorios Populares Urbano s*, Caracas: Tropykos, p. 21-30.
- Schelling T. 1980 (1978). *La tyrannie des petites décisions (Micromotives and Macrobhavior)* Paris : PUF.
- Sennett R. 1979 (1974). *Les tyrannies de l'intimité*, Paris : Seuil.
- Strauss A. 1995. « Estilos de vida y espacio urbano », in Proshansky e alii (eds.) *Psicología ambiental*. Mexico, p.398-409.
- Tassin E. 1991. Espace commun ou espace public ? L'antagonisme de la communauté et de la publicité. *Hermes*, n° 10, p. 23-37.

Wright Mills, C. 1940. Situated action and vocabularies of motive. *American Sociological Review*, n° 6, p. 904-913.

RESUMO

Na geografia urbana de Caracas, a contiguidade espacial entre os bairros elegantes (« *urbanizaciones* ») e os bairros populares e pobres (« *barrios* ») permite explorar o contraste entre a categoria socio-espacial de *vizinhança* e a categoria sócio-política de a *comunidade*. Entre uma « *gated community* » [condomínio fechado] e a favela que emerge a seu lado, quais são os processos comuns de homogeneização do habitat (produção de espaços residenciais) e do habitar (usos e práticas da cidade)? Quando a contiguidade dos extremos torna as fronteiras pouco permeáveis, o evitamento e o confronto arriscam-se a constituir formas privilegiadas de experiência do outro. Nesse contexto, a cidadania pode estar ameaçada por novas formas de segregação: estar ao lado não implica *estar junto*.

Comunidade; cidadania; segregação; Caracas; Sociologia urbana

RESUMÉE:

Dans la géographie urbaine de Caracas, la contiguïté spatiale entre les beaux quartiers (« *urbanizaciones* ») et les quartiers populaires et pauvres (« *barrios* ») nous permet de voir le contraste entre la catégorie socio-spatiale de *mitoyenneté* et la catégorie socio-politique de la *communauté*. Entre une « *gated community* » et le bidonville qui émerge à son côté, quels sont les processus communs à l'homogénéisation de l'habitat (production d'espaces résidentiels) et à celle de l'habiter (usages et pratiques de la ville) ? Lorsqu'une contiguïté des extrêmes rend les frontières peu perméables, l'évitement et l'affrontement risquent de devenir des formes privilégiées de l'expérience de l'autre. Dans ce contexte, la citoyenneté risque le piège de nouvelles formes de ségrégation: être à côté ne conduit pas à *être avec*.

Mots clés :

communauté ; ségrégation ; citoyenneté; Caracas ; sociologie urbaine